

DO «CULTURAL» NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DAS FONTES PARA A DEMOGRAFIA HISTÓRICA E HISTÓRIA DA FAMÍLIA

JOÃO ARRISCADO NUNES *

I

As breves reflexões que se vão seguir têm origem numa experiência, no plano da investigação, que suponho ser um tanto diferente daquelas que terão estado na base das outras contribuições a este Seminário. Envolvido desde há algum tempo num campo tão acentuadamente formalizado como é o dos estudos de população, fui obrigado a proceder às inevitáveis operações de detecção e correcção das deficiências e erros contidos nos vários tipos de informação disponíveis, desde as estatísticas oficiais (recenseamentos e estatísticas sobre o movimento da população) até às fontes de tipo nominativo (registos paroquais e registo civil, róis da desobriga). Avanços recentes em alguns tipos de investigações em demografia envolvendo a recolha de informação pormenorizada sobre indivíduos em função de objectivos científicos claramente definidos e enunciados (como, por exemplo, o Inquérito Mundial sobre a Fecundidade) permitiram progressos importantes no plano da identificação das fontes de erro nos dados demográficos ¹.

* Bolseiro do INIC, Universidade do Minho—Braga—Portugal.

¹ Ewbank (1982) distingue três possíveis fontes de erro nos dados demográficos: os que decorrem do erro aleatório de amostragem, os que resultam de excessiva simplificação do modelo de referência, e os que provêm de erros de resposta. Só o último tipo será discutido aqui. Importa ainda deixar claro que, na medida em que, ao utilizar fontes históricas, o investigador é obrigado, invariavelmente, a servir-se de informação produzida para fins e com base em

As entrevistas de que resulta a informação que posteriormente virá a ser agregada sob a forma de recenseamento ou de medidas referentes à população inquirida são invariavelmente conduzidas num contexto em que as perguntas são, frequentemente, entendidas de modo diferente pelo entrevistador e pelo entrevistado, e em que as respostas são registadas no termo de um processo de «negociação», no decorrer do qual as representações do entrevistado são «convertidas» ou «traduzidas» em termos compatíveis com as definições oficiais produzidas pela organização que promove o inquérito ou censo, ou, mais precisamente, com a maneira como o entrevistador assimilou essas definições e as interpretou no contexto de cada entrevista particular.

Ao examinar a situação em que a entrevista individual se desenrola, alguns estudos recentes permitem analisar os problemas resultantes da distância social e da diferenciação cultural que envolve os organizadores dos inquéritos, os entrevistadores e os entrevistados, bem como a adequação das categorias definidas quando do planeamento do inquérito, e em função das quais a informação é solicitada e classificada no próprio momento em que é recolhida ².

Sabemos, hoje, que certos fenómenos sobre os quais incide o interesse do investigador e que, à primeira vista, não pareceriam apresentar problemas de maior no respeitante à sua identificação e classificação, são de tal modo imbuídos de uma especificidade que remete para o contexto social e cultural em que se desenvolvem, que qualquer tentativa de ultrapassar essa especificidade contextual no sentido de assegurar a comparabilidade das observações corre o risco de se transformar num pesadelo metodológico. Mesmo quando os contextos são aparentemente análogos e os processos de recolha da informação supostamente homogeneizados (caso, por exemplo, das estatísticas demográficas produzidas pelas agências oficiais dos países ocidentais), a informação disponível só parcialmente responde às

critérios distintos dos que orientam o seu trabalho, não está em posição de influenciar os processos de obtenção da informação, como acontece com os censos e inquéritos sobre populações actuais, que podem beneficiar da crítica dos especialistas aos inquéritos ou censos do mesmo tipo realizados anteriormente.

Em toda a argumentação desenvolvida ao longo do texto está implícito, por outro lado, o reconhecimento da importância das «teorias auxiliares» da medição na elaboração e construção de variáveis operatórias (Blalock, 1982). O fulcro do texto, contudo, situa-se num momento *prévio*, o da interpretação da informação de base.

² Ver alguns exemplos em Gibril, 1979.

exigências de comparabilidade que deveriam caracterizar os modernos sistemas de produção da informação estatística.

Um exemplo poderá ajudar a tornar mais claro o que pretendemos sugerir. Nos dados incluídos no Anuário Demográfico das Nações Unidas para 1975 são fornecidos números sobre nascimentos legítimos e ilegítimos num grande número de países; no respeitante à Austrália, os aborígenes são explicitamente excluídos das tabulações, dado os seus nascimentos não serem classificáveis segundo a distinção legítimos-ilegítimos, que para essa população não tem qualquer sentido. A noção de legitimidade é pertinente apenas, neste caso, no que se refere àquela parte da população cujas carreiras procreativas se desenrolam no quadro de uma distinção entre nascimentos decorrentes de uma união legitimada pelo casamento, e nascimentos ocorrendo fora desse tipo de união. Nesse caso, a presença de um grupo étnico fortemente diferenciado no plano cultural introduz um elemento de incomparabilidade na informação demográfica (Le Bras, 1979: 25). Esta incomparabilidade não decorre de erros ou omissões no processo de produção da informação de base, mas sim da impossibilidade de subsumir em categorias únicas e homogêneas populações ou subpopulações cujas características culturais tornam os fenómenos nelas observados irreduzíveis aos critérios de organização e classificação praticados pelas organizações produtoras da informação ³.

Poderíamos mencionar outros fenómenos recalcitrantes à homogeneização e aos critérios de classificação normalmente utilizados na produção de estatísticas oficiais: as uniões consensuais na América Latina; a «poligamia sequencial» resultante da legislação sobre o divórcio em alguns estados dos Estados Unidos da América, dificilmente comparável aos processos de divórcio/recasamento ocorrendo noutros países; a definição de «família» e «casa» (no sentido de grupo co-residente); as declarações de idades em países ou regiões em que o conhecimento da idade exacta não desempenha, na vida social, qualquer papel relevante mas em que, em contrapartida, certas cerimónias associadas a fases do ciclo de vida desempenham um papel primordial na definição dos direitos e deveres do indivíduo. Em todos estes casos, a comparabilidade da informação produzida a

³ É importante lembrar que não pode haver estatística sem a capacidade de classificar os indivíduos ou casos observados em categorias homogêneas. Todas as operações de quantificação e de cálculo estão dependentes dessa categorização prévia. Sobre a importância deste ponto, ver Dupâquier e Dupâquier, 1985, e Chartier, 1980.

partir de contextos diferentes é limitada, e susceptível de gerar interpretações duvidosas dos dados disponíveis ⁴.

Não pretendo afirmar, de modo algum, a irredutível incomparabilidade da informação estatística, mas tão só insistir na importância de dispor de informação, quer sobre o contexto a que os dados se referem, quer sobre o processo no decorrer do qual a especificidade contextual é «traduzida» em termos susceptíveis de comparação, e que implica a análise das situações de interacção aos vários níveis e envolvendo vários tipos de actores (organizações, agentes inquiridores ou recenseadores, entrevistados ou inquiridos). Algumas correntes recentes da micro-sociologia, particularmente as de inspiração etnometodológica, chamaram a atenção para a necessidade de dar maior atenção a esses processos, no decorrer dos quais são «criadas» entidades colectivas, cuja «existência» decorre apenas dos critérios específicos que norteiam a organização e realização de um dado inquérito ou investigação. Como lembra Aaron V. Cicourel,

«The decisions that lead to distributions by income, education, social classes, occupational groups, and the like, create collective entities in the larger society regardless of whether these «groups» have any coherent organized existence that can be studied by other means.» (1981: 65).

O próprio princípio da comparabilidade das observações realizadas sobre populações ou subpopulações diferentes pressupõe a possibilidade de criar tais «grupos», eliminando ou neutralizando os «efeitos de contexto» e procedendo assim à sua homogeneização. Citando de novo Cicourel, podemos definir a agregação como

«a summarization process that obscures our thinking of the way local context and individual responses contributed to the larger picture. The summary becomes a constructed account of a collective or group or class response.» (Cicourel, 1981: 64).

É importante, ainda, notar que, para além do desprezo a que é votada a informação respeitante ao próprio processo de produção

⁴ Para diferentes discussões deste problema, ver Van de Walle, 1968, Le Bras, 1979; Pison, 1980; Gibril, 1979; Dupâquier *et al.*, 1981 (Parte II); Ewbank, 1981; Hammel, 1984a e b; Fortes, 1984; Keith e Kertzer, 1984; Smith, 1986.

da informação, e que poderia proporcionar elementos interessantes sobre as relações entre a população inquirida e certos tipos de organizações e instituições, grande parte da informação relevante para a análise da diferenciação cultural na população estudada se perde⁵. Só é conservada aquela parte do material original que responde às exigências de classificação decorrentes dos pressupostos que nortearam a definição das categorias e subcategorias em que o material recolhido virá a ser «arrumado», e que é função, por sua vez, de uma certa concepção da relação entre níveis micro e macro da realidade social (Cicourel, 1981).

II

Estudar os processos referidos no ponto anterior quando tratamos com populações do passado apresenta dificuldades particulares. Não é possível ao investigador verificar directamente a maneira como a informação é obtida, as situações de entrevista ou diálogo em que são «negociados» entre os actores os termos em que essa informação virá a figurar nos registos que chegam até nós. Há, contudo, duas razões que levam a crer ser possível obter informações relevantes sobre as situações em que as fontes são geradas, mesmo na ausência dessa informação directa.

Em primeiro lugar, o investigador que utiliza fontes históricas é frequentemente obrigado a fazer inferências sobre os processos que pretende estudar a partir de informação que não contém descrições desses processos; sem um trabalho de reconstrução da informação necessariamente fragmentária de que dispõe — trabalho esse organizado e levado a termo em função de pressupostos teóricos e de procedimentos metodológicos que permitem «legitimar» o produto final —, o investigador ver-se-ia confrontado com uma massa de informações dispersas, a que dificilmente poderia atribuir sentido, ou que, pelo menos, no seu estado «bruto», dificilmente permitiriam estabelecer qualquer tipo de conhecimento não trivial (isto é, de interesse científico) sobre o processo em questão. As inferências feitas

⁵ É de recordar, aqui, a pertinente observação de Pierre Bourdieu, segundo a qual «as classificações classificam os classificadores»; ver Bourdieu, 1979; para uma discussão da elaboração e utilização social e institucional das estatísticas, incidindo especialmente sobre as respeitantes à origem social dos estudantes, ver Merllié, 1983.

a partir do trabalho de reconstrução serão tanto mais plausíveis quanto mais consistentes parecerem ser os resultados dessa reconstrução quando confrontados com as expectativas formuladas sob a forma de hipóteses acerca do processo de interesse.

Dito de outra forma, que talvez se aproxime mais da prática corrente na investigação histórica, embora tal procedimento raramente seja assumido explicitamente pelo investigador: na impossibilidade de estabelecer a prova de que um resultado de uma investigação é o resultado «verdadeiro», a «solidez» deste dependerá da sua capacidade de resistência à rejeição, que só poderá verificar-se no caso de ser possível estabelecer, quer uma hipótese alternativa, quer uma reconstrução do processo observado com base na mesma informação ou em informação adicional que explique de forma mais consistente o fenómeno em estudo a partir da nova hipótese. Desta forma, torna-se possível recorrer, de maneira controlada, a resultados estabelecidos noutros contextos e com base na observação directa para a construção de hipóteses que, de maneira plausível, permitam atribuir sentido à informação construída a partir de fontes históricas — no caso que nos ocupa, poderíamos mencionar os estudos de micro-sociologia e microdemografia a que já foi feita referência, e ainda os trabalhos de antropólogos que permitiram estabelecer a pertinência da esfera do cognitivo na organização das relações sociais e da reprodução biológica e social ⁶.

Em segundo lugar, as fontes utilizadas nos estudos de demografia histórica e história da família revelam, frequentemente, a tentativa de conciliar e/ou condensar, no mesmo tipo de documento, informações cuja recolha obedecia aos interesses nem sempre coincidentes de vários tipos de organizações ou grupos (Igreja, Estado, administrações locais, grupos profissionais, academias). No caso de Portugal, esta situação torna-se particularmente notória a partir da implantação definitiva do regime liberal, em 1834, e sobretudo com a nova Lei relativa ao registo paroquial, de 19 de Agosto de 1859, e legislação complementar publicada até 1861. Voltaremos, já, a este ponto. De momento, o que importa realçar é, por um lado, a extraordinária importância que pode assumir, sob a perspectiva da

⁶ A estratégia aqui sugerida obedece à mesma lógica dos testes estatísticos: é possível rejeitar uma hipótese não confirmada, mas não é possível afirmar que a hipótese que resiste à rejeição é a verdadeira.

No que respeita aos trabalhos de antropólogos sobre a região, com relevância para o problema aqui referido, ver Pina-Cabral, 1984 e 1986, e o trabalho de Caroline Brettell sobre Lanheses, a publicar em 1987.

história cultural, um estudo comparativo dos conceitos de população e dos elementos de informação susceptíveis de permitir a criação de subpopulações em função das representações e interesses específicos de cada organização ou grupo ⁷.

Alguns exemplos poderão ser esclarecedores. Para a Igreja, é, sobretudo, a população católica que interessa conhecer e, dentro desta, estabelecer subpopulações em função da sua relação com determinados ritos e cerimónias (baptismo, casamento, confirmação, sepultura, confissão, comunhão). Desde a sua origem, os registos paroquiais obedeciam à necessidade prioritária de controlar a conformidade do comportamento da população católica aos preceitos da instituição e das autoridades eclesiásticas. Nos actos de baptismo, a data do nascimento era de interesse secundário, inicialmente, na medida em que era a cerimónia do baptismo, mais do que a determinação do nascimento da criança, que constituía o motivo directo do registo. O baptismo implicava a entrada na Igreja, a inclusão da criança na população católica. Ele deveria servir para verificar a satisfação de outros preceitos em fases posteriores do ciclo de vida. É sintomático que o sub-registo da mortalidade infantil, e particularmente da mortalidade neo-natal, seja um dos problemas mais frequentemente encontrados pelos utilizadores dos registos paroquiais para estudos demográficos. A morte de uma criança antes ou imediatamente após o baptismo removia essa criança da população católica «em risco» de vir a passar pelos ritos próprios de fases posteriores do ciclo de vida. Nesse sentido, e dados os níveis normalmente elevados da mortalidade infantil (e especialmente neo-natal) na maior parte das regiões da Europa até ao século XIX, a inclusão sistemática dos baptismos e óbitos dessas crianças poderia constituir um esforço «irracional» quando encarado sob o ponto de vista da racionalidade própria do pároco como pastor de almas. Assim, o que, tecnicamente, é considerado como uma deficiência do registo nos estudos de demografia histórica, poderia ser encarado como o resultado de uma atitude compatível com a função essencial do registo, visto na perspectiva da Igreja e dos seus agentes locais.

Este exemplo pode levar-nos ainda a outro plano de reflexão. O pároco aparece, normalmente, em meios não-alfabetizados, como um dos detentores dos meios de expressão escrita. Na medida em que

⁷ Ver, a este propósito, Dupâquier e Dupâquier, 1985, e Glass, 1973, este último em relação à criação do registo civil em Inglaterra. Para o caso português, ver Brandão e Feijó, 1984.

a determinação rigorosa de datas ou de idades, por exemplo, dificilmente é viável num meio em que o acesso à escrita é circunscrito a alguns membros das elites locais, a localização no tempo ao longo do ciclo de vida de cada um dos habitantes da comunidade local é feita por referência aos acontecimentos que são objecto de registo por parte do pároco. Este é o depositário do registo biográfico de cada membro da comunidade e o mediador que procura «traduzir» o conteúdo dos registos em termos compatíveis com as necessidades de cada organização interessada na informação gerada no plano local.

Assim, quando, em meados do século XIX, o Estado liberal elaborou legislação sobre o registo paroquial, como acima foi referido, uma das inovações mais importantes neste campo foi a obrigatoriedade de utilização de impressos para o preenchimento do registo, com a determinação precisa do tipo de informação a incluir, e de manutenção do registo em duplicado por todos os párocos, funcionando como registo civil. A referência às idades dos cônjuges nos registos de casamento e à dos falecidos nos registos de óbito tornou-se obrigatória, num contexto em que a determinação rigorosa das idades se tornava da maior importância, quer para determinar as diferentes subpopulações usufruindo de direitos políticos (como a dos eleitores ou elegíveis aos vários níveis, desde a freguesia ao parlamento) ou obrigadas a deveres cívicos no quadro do novo regime liberal (a dos indivíduos do sexo masculino sujeitos ao recrutamento militar), quer para a elaboração de informação estatística oficial, da responsabilidade do Governo (distribuição dos óbitos por idades, por exemplo).

O sucesso destas medidas dependia, obviamente, da capacidade ou vontade dos párocos em pô-las em prática, e principalmente em expressar as informações requeridas em termos tais, que estas fossem susceptíveis de agregação em categorias homogéneas e pertinentes em relação às preocupações das organizações interessadas na sua recolha ⁸.

⁸ O registo paroquial podia ser objecto de manipulação pelo pároco quando este considerava ser o interesse dos seus paroquianos divergente dos interesses do Estado ou dos seus representantes locais ou municipais. Um caso referido nos Relatórios enviados pelos Governadores Cívicos dos Distritos ao Ministério do Reino em meados do século XIX é o da falsificação deliberada do sexo dos recém-nascidos nos registos de baptismo, a fim de facilitar a fuga ao recrutamento, normalmente visto com hostilidade pela população. Este exemplo mostra como, por exemplo, a interpretação das relações de masculinidade ao nascimento a partir dos baptismos com vista à verificação da qualidade do registo pode ser bastante mais complexa do que poderia parecer à primeira vista.

Se, em alguns casos, a ausência ou deficiência da resposta aos itens de informação pedidos pode ser atribuída à negligência ou erro do pároco ou da pessoa visada no registo, já noutros os próprios termos em que a resposta é registada podem constituir interessantes reveladores de uma especificidade cultural que o pároco só parcialmente conseguiu reduzir a categorias supostamente aplicáveis a todo o território. Um exemplo particularmente interessante é o do registo das profissões na região do Minho, no noroeste do país. Aqui, a existência de formas de pluriactividade e plurirrendimento no âmbito do que Richard Wall designou por «adaptive family economy» (Wall, 1986) é um fenómeno plurissecular, que, contudo, dificilmente é classificável dentro dos esquemas utilizados nas estatísticas oficiais, em que se prevê que cada indivíduo seja registado como exercendo uma (e só uma) profissão. Nos registos paroquiais, o princípio de registar uma só ocupação para cada indivíduo é sistematicamente seguido. Contudo, certas designações utilizadas localmente, que combinam o tipo de actividades com a posição numa hierarquia de grupos de *status* são frequentemente conservadas pelo pároco ao efectuar o registo, sem que sejam subsumidas em categorias de aplicação trans-local ou trans-regional, que introduziriam um elemento de simplificação, implicando a perda de dados preciosos para a compreensão do funcionamento e reprodução das comunidades locais. Tal é o caso, por exemplo, de designações como «proprietário», «lavrador-proprietário» ou «lavrador-caseiro», que remetem para uma representação dos grupos sociais fundada em critérios ligados não só ao tipo de actividade, mas também à propriedade e à estabilidade do vínculo com a terra e à posição na hierarquia social local.

Assim, o registo produzido pelo pároco é o resultado de uma «transacção» entre categorias e representações da realidade social impostas por autoridades e organizações interessadas, sobretudo, em obter informação agregada e homogeneizada, e os agentes que, localmente, se situam na ambígua posição de, por um lado, serem os directos responsáveis pela elaboração da informação de base, mas, por outro, partilharam visões do mundo circunscritas a populações e territórios determinados, que frequentemente geram representações não redutíveis às categorias impostas «por cima». Nessa «negociação» da forma como a informação de base é expressa, os membros da comunidade de que o pároco é não só membro como, muitas vezes, pela sua posição de detentor dos instrumentos da escrita e da competência linguística indispensável, o porta-voz perante autoridades ou organizações «exteriores», conseguem, indirectamente, fixar nos

documentos que chegam até nós fragmentos do seu universo cultural e das suas representações do mundo social.

Um outro exemplo, para concluir. Tal como em muitas outras regiões da Europa católica, um grande número de róis de confessados (*libri status animarum*) foram entre nós conservados. Eles constituem a principal (ainda que não a única) fonte para o estudo das estruturas familiares e dos grupos co-residentes em Portugal. A sua utilização para esse fim pressupõe que os diferentes blocos de nomes que constituem «fogos» contidos nos róis possam ser efectivamente identificados como grupos co-residentes. Contudo, mesmo nas listas contendo a informação mais pormenorizada, essa identificação nem sempre é clara. Os problemas decorrem, por vezes, da dificuldade em determinar se a definição de «fogo» utilizada pelo pároco se refere a uma unidade de cobrança de direitos paroquiais (fogo eclesiástico) ou a uma unidade de residência (fogo civil). No primeiro caso, cada casal, ou cada pessoa viúva ou soleira com recursos que lhe permitam satisfazer o pagamento dos direitos paroquiais, é contada como um fogo, independentemente de ocupar ou não uma habitação separada e autónoma. No segundo caso, a definição estaria mais próxima do pretendido pelo investigador. Contudo, mesmo neste caso a especificidade cultural da paróquia ou região estudada podem suscitar sérias dúvidas quanto ao que deve ser considerado como um «grupo co-residente». Em algumas áreas do Noroeste português, não é raro encontrar situações em que senhorio e caseiro habitam no mesmo edifício, mas conservando «fogos» separados. Nestes casos, os dois grupos co-residentes aparecem, na lista, sob o mesmo número, mas com um espaço (uma linha em branco, por exemplo) separando-os. Noutras zonas, dois casais aparentados linearmente podem igualmente habitar o mesmo edifício e partilhar os mesmos recursos, mas conservar habitações com cozinhas separadas. Dado o significado da comensalidade para a definição da co-residência na região, os dois blocos de nomes que, na lista, podem aparecer sob o mesmo número de casa constituirão, de facto, fogos separados⁹. O ponto que é importante realçar, neste caso, é o de que a maneira como o pároco elabora a lista, a forma como numera as casas, os espaços em branco entre blocos de nomes, constituem muitas vezes pistas importantes para a compreensão da relação entre casa, família e residência em contextos

⁹ Sobre os problemas de utilização deste tipo de fontes, ver Amorim, 1983; Feijó e Nunes, 1986; Nunes, 1986a e b; O'Neill, 1984.

particulares, mesmo quando as fontes não contêm qualquer informação explícita acerca do problema.

Em casos como este, o recurso aos resultados de investigações antropológicas, bem como ao conjunto do material etnográfico, é susceptível de evitar muitas falsas pistas resultantes da excessiva confiança na «transparência» das fontes e de uma aceitação acrítica de pressupostos não verificados, e de chamar a atenção para a potencial riqueza dessa informação contida na própria forma como as fontes são elaboradas e apresentadas, incluindo as confusões, dúvidas e hesitações reveladas ao longo do processo pelo agente produtor do documento ¹⁰.

III

Procurou-se, de maneira sumária, chamar a atenção para a vantagem que pode advir, para a investigação em demografia histórica e história da família, de alargar a crítica de fontes para além dos clássicos problemas da qualidade do registo e da correcção das omissões e deficiências. O que tecnicamente será considerado um «erro» não passa, frequentemente, do resultado das situações em que a informação contida nas fontes é produzida, envolvendo um autêntico processo de «negociação» entre actores sociais com representações distintas dos fenómenos e processos que serão fixados no registo. Embora a observação directa do processo de elaboração das fontes referentes a populações do passado esteja vedada ao investigador, é possível recorrer ao que hoje conhecemos acerca da execução de recenseamentos e inquéritos, particularmente nos países do chamado Terceiro Mundo, e à informação contida nos trabalhos de antropólogos e em muitos materiais etnográficos para sugerir interpretações plausíveis da dimensão cultural no processo de produção das fontes de que lançam mão os especialistas de demografia histórica e história da família. Espera-se que as sugestões aqui deixadas possam contribuir para um alargamento dos horizontes da história cultural a domínios em que o imperativo da formalização, da medida e do cálculo e a vigilância epistemológica «a jusante» dos dados utilizados não devem fazer esquecer a necessidade da vigilância epistemológica «a montante».

¹⁰ Ver, por exemplo, os problemas de interpretação da existência de fogos de estrutura complexa no Noroeste de Portugal in Nunes, 1986b, e Feijó e Nunes, 1986.

Os esforços de conceptualização do investigador a partir do material fornecido pelas fontes históricas só terão a ganhar com esse alargamento de horizontes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, Norberta B., 1983 — *Exploração de Róis de Confessados numa Paróquia de Guimarães* (Guimarães).
- BLALOCK, Hubert M., 1982 — *Conceptualization and Measurement in the Social Sciences* (Beverly Hills: Sage Publications).
- BOURDIEU, Pierre, 1979 — *La Distinction* (Paris: Editions de Minuit).
- BRANDÃO, Maria de Fátima e Rui Graça FEIJÓ, 1984 — Entre Textos e Contextos: os Estudos de Comunidade e as suas Fontes Históricas, *Análise Social*, XX (4), 489-503.
- CHARTIER, Roger, 1980 — Science Sociale et Découpage Régional. Note sur deux Débats (1820-1920), *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 35, 27-36.
- CICOUREL, Aaron V., 1981 — Notes on the Integration of Micro — and Macro — levels of Analysis, in K. KNORR-CETINA & A. V. CICOUREL (eds.), *Advances in Social Theory and Methodology — Toward an Integration of Micro — and Macro — sociologies* (Boston, London and Henley: Routledge and Kegan Paul), 51-80.
- DUPÂQUIER, Jacques e Michel DUPÂQUIER, 1985 — *Histoire de la Démographie* (Paris, Perrin).
- DUPÂQUIER, J., E. HÉLIN, P. LASLETT, M. LIVI BACCI, S. SÖGNER (eds.), 1981 — *Marriage and Remarriage in Populations of the Past* (New York, London: Academic Press).
- EWBANK, D. C., 1982 — *Age Misreporting and Age — Slective Underenumeration: Sources, Patterns, and Consequences for Demographic Analysis* (Washington, D. C.: National Academy Press).
- EWBANK, D. C., 1982 — The Sources of Error in Brass's Method for Estimating Child Survival: the Case of Bangladesh, *Population Studies* 36 (3), 459-474.
- FEIJÓ, Rui Graça e João Arriscado NUNES, 1986 — Household Composition and Social Differentiation — Northwestern Portugal in the Nineteenth Century, *Sociologia Ruralis* XXVI (3/4), 249-267.
- FORTES, Meyer, 1984 — Age, Generation and Social Structure, in D. I. KERTZER & J. KEITH (eds.) *Age and Anthropological Theory* (Ithaca, New York: Cornell University Press), 99-122.
- GIBRIL, M. A., 1979 — *Evaluating Census Response Errors — A Case Study for the Gambia* (Paris: Development Centre of the Organisation for Economic Co-operation and Development)
- GLASS, David Victor, 1973 — *Numbering the People — The Eighteenth century Population Controversy and the Development of Census and Vital Statistics in Britain* (London, New York: Gordon and Cremonesi).
- HAMMEL, Eugene A., 1984a — On the *** of Studying Household Form and Function, in R. McC. NETTING, R. R. WILK & J. ARNOULD (eds.), *Households: Comparative Studies of the Domestic Group* (Berkeley: The University of California Press), 29-43.

- HAMMEL, Eugene A., 1984b — Age in the Fortesian Coordinates, in D. I. KERTZER & J. KEITH (eds.), *Age and Anthropological Theory* (Ithaca, New York: Cornell University Press), 141-158.
- KEITH, J. e D. I. KERTZER, 1984 — Introduction, in KERTZER & KEITH (eds.), *Age and Anthropological Theory* (Ithaca, New York: Cornell University Press), 19-61.
- LE BRAS, Hervé, 1979 — *Child and Family — Demographic Developments in the OECD Countries* (Paris: OECD).
- MERLLIÉ, Dominique, 1983 — Une Nomenclature et sa Mise en Oeuvre: les Statistiques sur l'Origine Sociale des Étudiants, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 50, 4-47.
- NUNES, João Arriscado, 1986a — On Household Composition in Northwestern Portugal — Some Critical Remarks and a Case Study, *Sociologia Ruralis* XXVI (1), 48-69.
- NUNES, João Arriscado, 1986b — Co-residence, Family and Invididual Life-cycles. Some Issues in the Analysis of Households from a Northwestern Portuguese Perspective, comunicação apresentada ao Seminário do Cambridge Group for the History of Population and Social Structure, Cambridge, 19 de Maio de 1986.
- O'NEILL, Brian Juan, 1984 — *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras* (Lisboa: Publicações Dom Quixote).
- PINA-CABRAL, João de, 1984 — Comentários Críticos sobre a Casa e a Família no Alto Minho Rural, *Análise Social*, XX (2/3), 263-284.
- PINA-CABRAL, João de, 1986 — *Sons of Adam, Daughters of Eve — The Peasant Worldview of the Alto Minho* (Oxford: Clarendon Press).
- PISON, Gilles, 1980 — Calculer l'Âge sans le demander. Méthode d'Estimation de l'Âge et Structure par Âge des Peuls Bandé (Sénégal Oriental), *Population*, 35 (4/5), 861-892.
- SMITH, Richard M., 1986 — Marriage Processes in the English Past — Some Continuities, in L. BONFIELD, R. M. SMITH & K. WRIGHTSON (eds.), *The World We Have Gained* (Oxford: Basil Blackwell), 43-99.
- VAN DE WALLE, Etienne, 1968 — Marriage in African Censuses and Inquiries, in W. BRASS et al., *The Demography of Tropical Africa* (Princeton, N. J.: Princeton University Press).
- WALL, Richard, 1986 — Work, Welfare and the Family: an Illustration of the Adaptive Family Economy, in L. BONFIELD, R. M. SMITH & K. WRIGHTSON (eds.), *The World We Have Gained* (Oxford: Basil Blackwell), 261-294.